



República Federativa do Brasil
Estado do Rio Grande do Sul
Município de Progresso

LEI MUNICIPAL Nº 2508.08, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020

Estabelece os subsídios dos Vereadores e Presidente da Câmara do Município de Progresso para a legislatura 2021/2024 e dá outras providências"

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PROGRESSO**, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte

L E I

Art. 1º - O subsídio dos Vereadores e Presidente da Câmara para a legislatura 2021/2024 são fixados nesta Lei, observados os limites estabelecidos no artigo 29, inciso V, da Constituição Federal.

Art. 2º - Os Vereadores perceberão a partir de 1º de janeiro de 2021, subsídio mensal no valor de R\$ 4.040,13 (Quatro mil e quarenta reais com treze centavos)

Art. 3º - O Presidente da Câmara de Vereadores perceberá um subsídio mensal de R\$ 6.066,95 (Seis mil e sessenta e seis reais com noventa e cinco centavos).

Parágrafo Único - Os Vereadores farão jus aos subsídios referidos no caput dos artigos 2º e 3º, inclusive no mês de recesso parlamentar, que ocorre a cada ano a partir do 2º ano da Legislatura.

Art. 4º - Além dos subsídios mensais os Vereadores e o Presidente da Câmara de Vereadores perceberão no mês de dezembro de cada ano, durante toda a legislatura mais um subsídio nos termos do art. 2º e 3º desta Lei.

Art. 5º - No caso de licenciamento por doença, devidamente comprovada por atestado médico ou nos casos de ausências justificadas previstas na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno, o vereador receberá seus subsídios de acordo com a Legislação Previdenciária.

Art. 6º - A ausência do vereador a reunião ordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio de valor proporcional ao número de reuniões mensais.

Art. 7º - Em caso de substituição, os vereadores suplentes terão direito em receber subsídio proporcional ao número de sessões mensais, conforme valor indicado no artigo 2º e 3º.

Art. 8º - O subsídio legal do vereador que na forma regimental assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausência do



República Federativa do Brasil
Estado do Rio Grande do Sul
Município de Progresso

Presidente da Câmara de Vereadores, fará jus ao recebimento do valor mensal do Presidente proporcionalmente ao período de substituição.

Art. 9º - Os subsídios estabelecidos nesta Lei serão reajustados nas mesmas datas e nos mesmos índices que for procedida a revisão ou reajuste da remuneração dos servidores municipais, com exceção do exercício referente ao ano de 2021 que permanecerá sem reajuste.

Art. 10 - Os subsídios de que trata esta Lei deverão ser pagos na mesma data em que houver o pagamento de salários dos servidores municipais.

Art. 11 - Em caso de viagem para fora do Município a serviço ou representação da Câmara, os vereadores perceberão diárias estabelecidas em Lei.

Art. 12 - Em qualquer circunstância prevalecerão às limitações impostas pelos artigos pertinentes da Constituição Federal.

Art. 13 - As despesas correntes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo os seus efeitos gerados a partir de 1º de janeiro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROGRESSO,
Em 12 de novembro de 2020.


GILBERTO GASPAR COSTANTIN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE


SUSI NARA LAZZARON

Secretária de Administração e Planejamento